

Logística
Ambiental de São
Paulo S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Mateus de Lima Soares'.

Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

Logística Ambiental de São Paulo S.A.

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015*(Valores expressos em milhares de reais)*

	Notas explicativas	2016	2015		Notas explicativas	2016	2015
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.272	49.430	Fornecedores e outras contas a pagar	15	49.949	48.544
Contas a receber de clientes	11	88.073	41.978	Empréstimos e financiamentos	16	25.280	22.675
Ativo financeiro	30.b	3.326	3.326	Debêntures	17	12.546	1.032
Estoques		2.148	1.808	Salários, benefícios e encargos sociais	18	18.004	16.886
Impostos a recuperar	12	3.557	3.313	Impostos, taxas e contribuições	19	15.865	12.496
Adiantamento a fornecedores		2.233	2.092	Imposto de renda e contribuição social		-	126
Outras contas a receber		2.153	1.140	Dividendos a pagar		14.157	2.455
Total do ativo circulante		102.762	103.087	Adiantamentos de clientes		52	-
Não circulante				Obrigações contratuais		6.274	4.834
Realizável a longo prazo:				Total do passivo circulante		142.127	109.048
Contas a receber de clientes	11	10.489	10.489	Não circulante			
Ativo financeiro	30.b	55.627	40.095	Exigível a longo prazo:			
Ativo fiscal diferido	13	9.070	7.428	Empréstimos e financiamentos	16	51.133	39.627
Depósitos judiciais		12.906	8.843	Debêntures	17	38.462	50.000
Outras contas a receber		14	2.734	Passivo fiscal diferido	13	8.392	5.256
Total do realizável a longo prazo		88.106	69.589	Provisões	20	4.329	4.322
Imobilizado	14	84.026	59.033	Total do passivo não circulante		102.316	99.205
Intangível		269	452	Patrimônio líquido	22		
		84.295	59.485	Capital social		29.416	19.923
Total do ativo não circulante		172.401	129.074	Reserva legal		1.304	3.985
Total do ativo		275.163	232.161	Total do patrimônio líquido		30.720	23.908
		275.163	232.161	Total do passivo e patrimônio líquido		275.163	232.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Logística Ambiental de São Paulo S.A.

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	2016	2015
Receita operacional bruta	23	528.778	472.709
Impostos incidentes sobre serviços prestados	23	<u>(73.137)</u>	<u>(67.192)</u>
Receita operacional líquida		455.641	405.517
Custo dos serviços prestados	24	<u>(366.250)</u>	<u>(343.603)</u>
Lucro bruto		89.391	61.914
Receitas e despesas operacionais			
Despesas Comerciais	25	(6.262)	(335)
Despesas administrativas	26	(30.726)	(26.710)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	<u>1.715</u>	<u>(2.934)</u>
Receitas e despesas operacionais líquidas		(35.273)	(29.979)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		54.118	31.935
Receitas e despesas financeiras			
Receitas financeiras	28	4.768	4.393
Despesas financeiras	28	<u>(19.370)</u>	<u>(15.023)</u>
Resultado financeiro líquido		(14.602)	(10.630)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		39.516	21.305
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	13	(11.933)	(7.582)
Diferido	13	(1.494)	335
Lucro líquido do exercício		<u>26.089</u>	<u>14.058</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Logística Ambiental de São Paulo S.A.

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	<u>26.089</u>	<u>14.058</u>
Resultado Abrangente da Companhia	<u>26.089</u>	<u>14.058</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Logística Ambiental de São Paulo S.A.

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	60.650	(40.727)	3.985	598	-	24.506
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.058	14.058
Reserva de lucros	-	-	-	(598)	-	(598)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(14.058)	(14.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	60.650	(40.727)	3.985	-	-	23.908
Integralização de capital social	-	9.493	(3.985)	-	(4.650)	858
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.089	26.089
Reversão de reserva legal	-	-	1.304	-	(1.304)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(20.135)	(20.135)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	60.650	(31.234)	1.304	-	-	30.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Logística Ambiental de São Paulo S.A.

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	26.089	14.058
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	11.443	13.646
Baixa de imobilizado e intangível	(326)	33
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	18.380	13.779
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.315	-
Provisão para contingências	2.351	2.839
Imposto de renda e contribuição social	13.427	7.247
Aumento / Redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(50.425)	4.708
Partes relacionadas	15	127
Impostos a recuperar	(244)	11.844
Estoques	(340)	(226)
Outros créditos	1.704	(1.127)
Depósitos judiciais	(3.874)	(146)
Adiantamento a fornecedores	(141)	1.532
Ativo financeiro	(15.532)	(1.225)
Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.922	(1.731)
Partes relacionadas	(517)	2.987
Salários, provisões e encargos sociais	1.118	1.510
Impostos, taxas e contribuições	3.369	(2.879)
Pagamento de contingências	(2.533)	(2.088)
Adiantamento de clientes	52	-
Outras contas a pagar	1.439	2.273
Caixa gerado pelas atividades operacionais	11.692	67.160
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(12.058)	(7.457)
Debêntures - juros pagos	(8.161)	(3.317)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(9.750)	(7.774)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(18.277)	48.613
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(37.480)	(5.235)
Transferência de imobilizado e intangível	1.555	-
Adição de ágio e intangível	-	(50)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(35.925)	(5.285)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures - captação	-	50.000
Empréstimos e financiamentos - captação	33.899	19.656
Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal	(20.280)	(74.415)
Dividendos a pagar	(7.575)	(12.201)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	6.044	(16.961)
Aumento líquido / redução líquida do saldo de disponibilidades	(48.158)	26.367
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	49.430	23.063
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.272	49.430
	(48.158)	26.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga (“Companhia”), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221- Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos adicionais, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”), detentora de 62,347% das ações e a Estre Coleta Holding S.A. com 34% e a Estre Ambiental S.A com 3,653% das ações (“Grupo Estre”).

A VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A., realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos, para a VVR, companhia constituída pelo Grupo Solvi com objetivo específico de participar do capital de outras companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Igualmente, o Grupo Estre é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 por compra das ações da Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Contrato de concessão

Pela exploração do objeto da concessão, o Poder Concedente efetua pagamentos mensais fixos, tendo sido utilizados, para efeito de cálculo, os valores constantes da proposta vencedora da licitação. A Prefeitura do Município de São Paulo aprovou, em julho de 2014, reajuste contratual da tarifa mensal no total de 1,58% para um novo serviço de coleta urbana aos domingos e 2,03% para expansão da Coleta Seletiva a partir de Janeiro de 2015.

O contrato de concessão só poderá ser declarado extinto nas seguintes hipóteses: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação com pagamento de indenização no valor dos bens que reverterem ao Poder Concedente; (iii) caducidade por parte da Prefeitura Municipal; (iv) rescisão amigável ou judicial; (v) anulação por ilegalidade; ou (vi) falência ou extinção da Concessionária.

Os bens imprescindíveis à execução dos serviços de limpeza urbana objeto do presente contrato reverterão em favor do Poder Concedente após a extinção da concessão e incluem o sistema existente quando do início da operação e os bens e infraestrutura adquiridos ou construídos pela Concessionária, ao longo do contrato de concessão, que sejam utilizados na prestação dos serviços.

Os veículos adquiridos pela Companhia, composto por caminhões no valor contábil de R\$32.936 (R\$2.218 em 2015) estão classificados no ativo imobilizado (nota explicativa nº 14), pois não são considerados como bens reversíveis pela Administração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou receita bruta de R\$528.778 (R\$472.709 em 2015), composta por R\$19.450 (R\$5.164 em 2015) em construção (vide nota explicativa nº23) e R\$509.328 (R\$467.545 em 2015) em prestação de serviços. A receita reconhecida com relação à construção em 2016 representa o valor justo dos investimentos realizados, com margem de retorno zero, considerando que a Administração da Companhia entende que o retorno é obtido sobre a receita de prestação de serviços de coleta.

Reequilíbrio quinquenal

O reequilíbrio ordinário é um mecanismo contratual aplicável a cada cinco anos, para adequar as receitas à realidade dos custos e obrigações de investimentos da concessionária. Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio tarifário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental assinado, o Poder Concedente reconhece alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais incidido em todos os anos da Concessão, de forma provisória, com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário, já evocado em outubro de 2014 e com trabalho de análise pela Amlurb iniciado, mas ainda sem definição de prazo para conclusão. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a Companhia em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurado apartado do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observados: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário, incluindo o deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário e a terceirização de aterro a partir do 7º ano até não mais o final do 11º ano conforme consta no TCA 2012, mas em período ainda a ser avaliado pelo Poder Concedente, visto que não há mais tempo hábil para o cumprimento desta meta e até o momento não houve definição quanto ao terreno a ser implantado. É relevante ressaltar que esta Comissão foi criada em 2014 com prazo para conclusão dos trabalhos em 25 de outubro do mesmo ano, mas não houve qualquer pronunciamento até o presente momento.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas, não foi efetuada neste exercício uma provisão para investimentos futuros.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2017.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** - Imobilizado - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam vir a resultar em ajustes de exercício subsequentes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 20** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 14** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados estão disponíveis em mercados com liquidez elevada para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Mercados com liquidez elevada são aqueles nos quais transações para o ativo ou passivo em questão ocorrem com uma frequência suficiente e em volumes que permitam obter informações sobre preços a qualquer momento. O Nível 1 consiste principalmente em instrumentos financeiros tais como: derivativos, ações e outros ativos negociados em bolsas de valores.
- **Nível 2** - preços utilizados são diferentes dos preços cotados em mercados com liquidez elevada incluídos no Nível 1, porém que sejam direta ou indiretamente observáveis na data do reporte. Nível 2 inclui instrumentos financeiros valorizados utilizando algum tipo de modelagem ou de outra metodologia de valorização. Estes são modelos padronizados de mercado que são amplamente utilizados por outros participantes, que consideram diversas premissas, inclusive preços futuros de commodities, valores no tempo, fatores de volatilidade e preços atuais de mercado e contratuais para os instrumentos subjacentes, bem como quaisquer outras medições econômicas relevantes. Praticamente todas estas premissas podem ser observadas no mercado ao longo do prazo do instrumento em questão, derivados a partir de dados observáveis ou substanciadas por níveis que possam ser observados onde são executadas transações no mercado. Instrumentos que se enquadram nesta categoria incluem derivativos não negociados em bolsas, tais como contratos de swap ou futuros e opções de balcão.
- **Nível 3** - as fontes de informação sobre preços utilizados incluem fontes que geralmente são menos observáveis, mas que possam partir de fontes objetivas. Estas fontes podem ser usadas junto com metodologias desenvolvidas internamente pela Companhia, que resultem na melhor estimativa da Administração de valor justo. Na data de cada balanço, a Companhia efetua uma análise de todos os instrumentos e inclui dentro da classificação de Nível 3 todos aqueles cujo valores justos estão baseados em informações geralmente não observáveis. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes:

- (a) Receita
- (b) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (c) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)
- (d) Imobilizado
- (e) Contratos de concessão
- (f) Instrumentos financeiros
- (g) Transações em moedas estrangeira
- (h) Provisões
- (i) Benefícios a empregados
- (j) Imposto de renda e contribuição social

a. Receita

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda ou prestação de serviços.

Receita de serviços prestados - Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato com o Poder Concedente.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e descontos concedidos.

c. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Contratos de concessão

(i) Características do contrato de concessão

No dia 30 de novembro de 2006, o IFRIC publicou o IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que regula o tratamento contábil que deve ser aplicado pelo concessionário em relação aos contratos de concessão, a partir dos exercícios encerrados após 1 de janeiro de 2008. Em 2010, o CPC emitiu o ICPC 1, aplicável para os exercícios findos a partir de 1 de janeiro de 2010.

Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

(ii) Direitos sobre a infraestrutura

A infraestrutura usada pela Companhia, sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto na ICPC 1, quando:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;
- o concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

(iii) *Direito a remuneração*

Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.
- um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável da infraestrutura registrada como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação (bens doados) não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(iv) *Receita de contratos de concessão*

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues conforme melhor estimativa da Administração.

f. *Instrumentos financeiros*

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalente de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) *Capital Social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

g. *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

h. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

• ***Provisão para contingências***

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

i. Benefícios a empregados

(i) *Previdência privada*

Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

(ii) *Participação nos lucros*

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e em suas divulgações.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4 SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

As normas descritas anteriormente foram emitidas, mas ainda não haviam entrado em vigor até 31 de dezembro de 2016. A Companhia pretende adotar tais normas quando entrarem em vigor.

8 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos e debêntures. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Taxa média de juros Efetiva em 31/12/2016	Cenários				
		I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	16,13%	76.413	76.978	77.546	75.846	75.279
Debêntures	16,53%	51.008	51.259	51.511	50.756	50.504
Efeito		<u>127.421</u>	<u>128.237</u>	<u>129.057</u>	<u>126.602</u>	<u>125.783</u>

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

- **Risco de preços**

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modalidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

- **Risco de contrato de concessão**

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Notas		
	Explicativas	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.272	49.430
Ativo Financeiro	30b	58.953	43.421
Contas a receber de clientes	11	98.562	52.467
Adiantamento a fornecedores		2.233	2.092
Outras contas a receber		<u>2.167</u>	<u>3.874</u>
		<u>163.187</u>	<u>151.284</u>

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

c. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras, financiamento doméstico e debêntures. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos e financiamentos(a)	32.942	26.577	30.087	2.164	91.770
Debêntures(a)	18.746	20.312	28.128	-	67.186
Fornecedores e outras contas a pagar	50.346	-	-	-	50.346
	<u>102.034</u>	<u>46.889</u>	<u>58.215</u>	<u>2.164</u>	<u>209.302</u>
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos(a)	26.251	19.224	23.907	5.530	74.912
Debêntures(a)	8.173	19.226	47.042	-	74.441
Fornecedores e outras contas a pagar	48.941	-	-	-	48.941
	<u>83.365</u>	<u>38.450</u>	<u>70.949</u>	<u>5.530</u>	<u>198.294</u>

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Adicionalmente, conforme estabelecido em contratos de financiamentos existentes, a Companhia compromete-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia em função do caixa operacional gerado e a capacidade da Companhia em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenants* e suas metas foram estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme nota explicativa nº17.

A Companhia monitora continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas

Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40, “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	Nota	2016	2015
	<u>Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Total do passivo circulante e não circulante		244.443	208.253
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10	<u>(1.272)</u>	<u>(49.430)</u>
Dívida líquida		243.171	158.823
Patrimônio líquido		30.720	23.908
Índice de alavancagem		7,92	6,64

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia valor justo	Categoria	Valor contábil	2016 Valor justo	Valor contábil	2015 Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	1.272	1.272	49.430	49.430
Contas a receber de clientes	-	Empréstimos e recebíveis	98.562	98.562	52.467	52.467
Outras contas a receber	-	Empréstimos e recebíveis	2.167	2.167	3.874	3.874
Total			102.001	102.001	105.771	105.771
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	Passivos financeiros ao custo amortizado	50.346	50.346	48.941	48.941
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	76.413	76.413	62.302	62.302
Debêntures	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	51.008	54.260	51.032	54.341
Total			177.767	181.019	162.275	165.584

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

Nesse método, os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos não são considerados, apenas os preços cotados observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

9 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos com segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	13	27
Bancos	48	223
Aplicações Financeiras	<u>1.211</u>	<u>49.180</u>
	<u><u>1.272</u></u>	<u><u>49.430</u></u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 96,8% (94,5% em 2015) do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

11 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes e outros créditos são compostas como segue:

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	Explicativa		
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		56.871	9.142
Medição dos serviços prestados		45.822	43.177
Cientes Privados:			
Valores faturados – venda de sucata		51	-
Partes Relacionadas	21	133	148
PCLD		<u>(4.315)</u>	<u>-</u>
Total		<u><u>98.562</u></u>	<u><u>52.467</u></u>
Circulante		88.073	41.978
Não Circulante		<u>10.489</u>	<u>10.489</u>
		<u><u>98.562</u></u>	<u><u>52.467</u></u>

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima.

O aging list das contas a receber é composta como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valores a vencer	67	41.848
Vencidos:		
Até 30 dias	87.869	33
Entre 91 e 180 dias	6	20
Entre 181 e 360 dias	4.336	77
Acima de 360 dias (a)	10.599	10.489
PCLD	(4.315)	-
	<u>98.562</u>	<u>52.467</u>

- (a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, que ocorreram nos períodos de 2007, 2009 e 2013, a Companhia não constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para clientes públicos tendo em vista o histórico de recebimento.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº8.

A Companhia faturou o reequilíbrio do Termo de Compromisso Ambiental - TCA de 2012, mas a Prefeitura respondeu com uma decisão do Tribunal de Contas suspendendo qualquer discussão de reequilíbrio. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída exclusivamente para este recebimento.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como segue:

	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	-
Provisões constituídas	(4.315)
Reversão de provisões	-
Saldo em 31 de dezembro	(4.315)

12 Imposto a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ	1.277	1.222
CSLL	286	10
Cofins	1.568	1.639
Pis	340	356
Outros	86	86
	<u>3.557</u>	<u>3.313</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía registrados passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(17.004)	(7.780)
Provisões de contingência	9.260	9.442
Provisão para perda de estoque	172	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.315	-
Provisão para participação nos resultados	3.331	2.651
Efeito RTT de 2014 (a)	1.412	1.920
Outros	508	-
Base total final	<u>1.994</u>	<u>6.233</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - 34%	<u>678</u>	<u>2.119</u>
Provisão para o não-reconhecimento do imposto diferido sobre diferenças temporárias	<u>-</u>	<u>53</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	678	2.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	9.070	7.428
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(8.392)	(5.256)

- (a) A ser amortizado de acordo com o prazo final da concessão conforme determina a lei nº12.973/14.

Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da contribuição social	<u>39.516</u>	<u>21.305</u>
	39.516	21.305
Alíquotas - %	34%	34%
	(13.435)	(7.244)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:		
Brindes e multas indedutíveis	(206)	(45)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(136)	(176)
Participação dos resultados no exercício	(58)	(129)
IFRS	-	(75)
Outras diferenças permanentes	408	422
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos, líquidos	<u>(13.427)</u>	<u>(7.247)</u>
Corrente	(11.933)	(7.582)
Diferido	(1.494)	335
	<u>(13.427)</u>	<u>(7.247)</u>
Taxa efetiva	33,98%	34,02%

14 Imobilizado

O saldo é composto como segue:

	Tx Anual	2016			2015
		%	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	24.266	-	24.266	24.266
Máquinas e equipamentos	10%	6.976	(2.719)	4.257	4.526
Veículos	20%	74.602	(27.390)	47.212	24.436
Móveis, utensílios e outros	10%	1.174	(775)	399	489
Equipamentos de informática	20%	2.389	(1.599)	790	945
Imobilizado em andamento	-	7.102	-	7.102	4.371
		<u>116.509</u>	<u>(32.483)</u>	<u>84.026</u>	<u>59.033</u>

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

	2014	Aquisição	Baixa	2015	Aquisição	Baixa	Transferência	2016
Custo:								
Terrenos	24.266	-	-	24.266	-	-	-	24.266
Máquinas e equipamentos	6.703	498	(225)	6.976	-	-	-	6.976
Veículos	86.025	2.218	(17.934)	70.309	32.936	(28.643)	-	74.602
Móveis, utensílios e outros	1.112	85	(22)	1.175	8	(9)	-	1.174
Equipamentos de informática	2.208	238	(119)	2.327	190	(128)	-	2.389
Imobilizado em andamento	2.175	2.196	-	4.371	4.346	-	(1.615)	7.102
	<u>122.489</u>	<u>5.235</u>	<u>(18.300)</u>	<u>109.424</u>	<u>37.480</u>	<u>(28.780)</u>	<u>(1.615)</u>	<u>116.509</u>
Benfeitorias em bens de terceiros	-	(27)	27	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(2.158)	(464)	172	(2.450)	(598)	329	-	(2.719)
Veículos	(51.348)	(12.459)	17.934	(45.873)	(10.159)	28.642	-	(27.390)
Móveis, utensílios e outros	(597)	(106)	17	(686)	(96)	7	-	(775)
Equipamentos de informática	(1.160)	(340)	118	(1.382)	(345)	128	-	(1.599)
	<u>(55.263)</u>	<u>(13.396)</u>	<u>18.268</u>	<u>(50.391)</u>	<u>(11.198)</u>	<u>29.106</u>	<u>-</u>	<u>(32.483)</u>
Imobilizado, líquido	<u>67.226</u>	<u>(8.161)</u>	<u>(32)</u>	<u>59.033</u>	<u>26.282</u>	<u>326</u>	<u>(1.615)</u>	<u>84.026</u>

Em 2016 foi efetuado a reclassificação do valor de R\$1.554 para adiantamento de fornecedores, pois os bens não foram recebidos pela Companhia, e o valor de R\$61 é uma transferência para a conta de software.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2016 a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores		27.852	25.930
Partes relacionadas	21	22.494	23.011
		<u>50.346</u>	<u>48.941</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados à fornecedores e a outras contas a pagar são divulgadas na nota explicativa nº8.

16 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº8.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Juros	Vencimento	2016	2015
FINAME	TJLP+ de 5,70% a.a e pré-fixada de 4% a.a. a 12% a.a.	De jan/2016 a jan/2020	36.667	22.353
Capital de Giro	CDI + 2,50% a.a.	De dez/2017 a jul/2018	13.585	19.169
Leasing	Pré-fixada de 16,82% a.a. a 17,8% a.a.	De jan/2019 a jan/2021	8.257	-
BNDES	Pré-fixada de 3,50% a.a. a 8,40% a.a.	De dez/2021 a dez/2023	17.904	20.780
			<u>76.413</u>	<u>62.302</u>
Circulante			25.280	22.675
Não circulante			51.133	39.627
			<u>76.413</u>	<u>62.302</u>

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2017	-	14.920
2018	22.595	9.929
2019	12.590	6.331
2020	10.041	3.173
2021	3.817	3.184
2022	1.040	1.040
2023	1.050	1.050
	<u>51.133</u>	<u>39.627</u>

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade FINAME, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$46.414 (R\$26.068 em 2015).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade BNDES (também CEF - FINISA), estão garantidos por Fiança Bancária, quando necessário, no valor contábil de R\$30.122 (R\$30.122 em 2015). Os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem cláusulas restritivas de contrato (covenants).

17 Debêntures

	<u>Série</u>	<u>Emissão</u>	<u>Valor</u>
Logística Ambiental de São Paulo	Única	15/05/2015	50.000
Valores contábeis incluindo juros e pagamento de principais em 31/12/2016:			
			2016
Passivo circulante			12.546
Passivo não circulante			38.462
Total			51.008
			2015
			1.032
			50.000
			51.032

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros - DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 2,90% ao ano.

A amortização será trimestral a partir de 15 de maio de 2017 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de maio de 2020.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações S.A em 62,35% e Estre Ambiental S.A. em 37,65%. Cada uma das fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamento menos disponibilidade dividido pelo EBITDA, e o resultado deve ser inferior a 2,85. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2016.

18 Salários, benefícios e encargos

São compostos como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários	3.530	3.411
Encargos trabalhistas	1.588	1.489
Férias	9.555	9.335
Participação nos resultados	3.331	2.651
	<u>18.004</u>	<u>16.886</u>

Benefício de previdência privada

Aos empregados que aderiram, a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$28 (R\$31 em 2015), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

19 Impostos, taxas e contribuições a recolher

São compostos como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ISS sobre serviço	5.202	2.625
PIS sobre serviço	1.740	1.590
COFINS sobre serviço	8.014	7.328
Pis/COFINS/CSLL retidos	113	183
IR Fonte	337	361
Outros	459	409
	<u>15.865</u>	<u>12.496</u>

20 Provisões

São compostos como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contingências	4.329	4.322
Total	<u>4.329</u>	<u>4.322</u>

a. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão perfaz o montante de R\$4.329 (R\$4.322 em 2015), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2016, passíveis de provisão, é como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2014	1.337	2.518	3.855
Reversão do depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados -2014	3.692	1.144	4.836
Adições	596	2.243	2.839
Reversões	(12)	(2.076)	(2.088)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados - 2015	(4.156)	(964)	(5.120)
Saldo em 31/12/2015	1.457	2.865	4.322
Reversão do depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados -2015	4.156	964	5.120
Adições	308	2.043	2.351
Reversões	-	(2.533)	(2.533)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados - 2016	(4.397)	(534)	(4.931)
Saldo em 31/12/2016	1.524	2.805	4.329

A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, no montante de R\$3.242 (R\$6.475 em 2015). Portanto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os processos com essa classificação não possuem necessidade de provisão.

Está em curso uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião dos advogados contratados pela Companhia para sua defesa, a chance de a Companhia perder essa ação é remota, pois tanto o edital dessa licitação como a própria concorrência pública foram bastante contestados na Justiça por meio de várias ações populares, e todas elas foram julgadas favoravelmente à legalidade do edital e da licitação. Além disso, perícia judicial já realizada nos autos concluiu também pela legalidade do edital e da licitação pública, faltando apenas a sentença final. A Companhia foi constituída com o propósito específico de executar, sob o regime de concessão, em atendimento aos dispositivos previstos no contrato de concessão nº 27/SSO/04, os serviços de limpeza urbana em parte da cidade de São Paulo, na região denominada “Agrupamento Noroeste”, sendo a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, a única cliente da Companhia.

21 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$4.321 (R\$3.654 em 2015).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas ao Grupo Solví e o Grupo Estre em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são demonstrados como segue:

Logística Ambiental de São Paulo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	Contas a Receber		Contas a pagar		e Despesas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	332	-	-	149
Instituto Solvi	119	111	233	58	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	4	-	18.843	18.459	(99.890)	(95.348)
SBC Valorização de Resíduos S.A.	4	-	-	-	-	-
Vega Engenharia Ambiental S.A.	-	-	271	-	(3.158)	-
Revita Engenharia S.A.	-	19	-	-	-	-
GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda	-	-	-	1.393	-	-
Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	6	18	1	-	-	-
Estre Ambiental S.A.	-	-	-	-	(1.768)	(4.568)
UTR - Unidade de Tratamento de Resíduos S.A.	-	-	1.760	2.047	(25.436)	(29.347)
	<u>133</u>	<u>148</u>	<u>21.440</u>	<u>21.957</u>	<u>(130.252)</u>	<u>(129.114)</u>
Reembolsos Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	-	(3.799)	(3.608)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.799)</u>	<u>(3.608)</u>
Juros sobre capital próprio						
P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	397	397	-	-
VVR - Vega Valorização de Resíduos S.A.	-	-	657	657	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.054</u>	<u>1.054</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>133</u>	<u>148</u>	<u>22.494</u>	<u>23.011</u>	<u>(134.051)</u>	<u>(132.722)</u>

As contas a pagar para a Essencis Soluções Ambientais S.A. (controlada direta da Solvi Participações S.A.) referem-se aos serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As contas a pagar para a Unidade de Tratamento de Resíduos S.A. (controlada direta da Estre Ambiental S.A.) referem-se ao tratamento e transporte de resíduos sólidos dos serviços de saúde.

As despesas operacionais registradas em operações junto à controladora Solvi Participações S.A. referem-se a serviços corporativos e despesas compartilhadas.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está representado por 60.650.000 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada e valor total de R\$60.650. Em 31 de dezembro de 2016, encontram-se integralizadas 29.415.804 (19.923.133 em 2015) ações, no valor total de R\$29.416 (R\$19.923 em 2015).

Em 30 de abril de 2016 a Companhia aprovou a integralização de capital no montante de R\$9.493 sendo R\$3.985 por meio da reversão total da reserva legal, R\$858 do reinvestimento de dividendos declarados e não pagos do exercício de 2015 e R\$4.650 do reinvestimento dos dividendos antecipados e não pagos do exercício corrente para a integralização do capital social.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

c. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 20% do capital social, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, efetuada “*ad referendum*” da Assembleia Geral.

23 Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de serviços:		
Clientes públicos	509.287	467.509
Clientes privados	41	36
Receita de construção	19.450	5.164
Total receita bruta	528.778	472.709
Impostos incidentes sobre as vendas:		
ISS	(25.660)	(23.572)
PIS	(8.469)	(7.779)
COFINS	(39.007)	(35.833)
ICMS	(1)	(8)
	<u>(73.137)</u>	<u>(67.192)</u>
Receita operacional líquida	<u>455.641</u>	<u>405.517</u>

24 Custos dos serviços prestados

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e Encargos	(114.013)	(105.880)
Mão-de-Obra	(43)	(24)
Aluguel	(6.098)	(5.835)
Depreciações	(10.952)	(13.176)
Materiais aplicados nos serviços	(29.776)	(29.819)
Serviços de terceiros(a)	(167.757)	(168.205)
Outros custos de produção	(38.715)	(36.311)
Custo de bens reversíveis	(19.450)	(5.164)
Créditos fiscais	20.554	20.811
Total	<u>(366.250)</u>	<u>(343.603)</u>

- (a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a manutenção de veículos , transportes de resíduos, destinação de aterro e serviços de incineração.

25 Despesas comerciais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrocínio, brindes e doações	(160)	(110)
Propaganda e publicidade	(1.534)	(193)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.315)	-
Outros	(253)	(32)
	<u>(6.262)</u>	<u>(335)</u>

26 Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração direta mão de obra	(6.401)	(5.724)
INSS	(951)	(1.050)
FGTS	(220)	(264)
Benefícios	(766)	(903)
Depreciação	(491)	(468)
Serviços de terceiros (a)	(19.713)	(17.035)
Viagens e estadias	(45)	(104)
Tributos, seguros e contribuições	(1.674)	(820)
Outros	(465)	(342)
	<u>(30.726)</u>	<u>(26.710)</u>

(a) Refere-se principalmente a despesas compartilhadas no valor de R\$3.799, consultoria administrativa-financeira no valor de R\$6.292, serviços de gestão e planejamento no valor de R\$3.158, assessoria técnica no valor de R\$2.144 e serviços de informática no valor de R\$2.472.

27 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas eventuais	305	95
Despesas e provisão contingenciais	(943)	(2.450)
Resultado venda de imobilizado	2.996	1.609
Patrocínio	(254)	(474)
Resultado de investimentos	-	(227)
Multa contratual	-	(1.362)
Outras despesas e receitas	(389)	(125)
	<u>1.715</u>	<u>(2.934)</u>

28 Receitas (despesas) financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.770	2.993
Juros recebidos e descontos obtidos	719	1.400
Variação monetária	2	-
Correção de depósitos judiciais	1.277	-
	<u>4.768</u>	<u>4.393</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(891)	(1.125)
Despesas c/juros e descontos concedidos	(8)	(16)
Despesas multas e moras financeiras	(15)	(62)
Tributos sobre movimentações financeiras	(74)	(204)
Juros sobre financiamento	(18.382)	(13.616)
	<u>(19.370)</u>	<u>(15.023)</u>
Total de receitas e despesas financeiras, líquidas	<u>(14.602)</u>	<u>(10.630)</u>

29 Cobertura de seguros

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

- Lucros Cessantes: R\$284;
- Danos Materiais: R\$3.910 e
- Responsabilidade Civil: R\$10.000.

30 Contrato de concessão

A Companhia presta serviço de concessão para serviços urbanos de limpeza para o setor noroeste da cidade de São Paulo/SP, o período de concessão são de 20 anos a partir de outubro de 2004, com reajustes de preços anuais com base em fórmula paramétrica composta de diversos índices. A cada 5 anos o contrato prevê revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Terrenos, estruturas e construções são reversíveis os demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual As obrigações contratuais são as reformas do transbordo Ponte Pequena; Construção de novo transbordo; implantação de aterro; Construção de usina de compostagem e de centrais de triagem e renovação de frota de veículos a cada 5 anos.

a. Direitos sobre a infraestrutura

Conforme disposto pela ICPC 01, a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pela Companhia para o cumprimento do contrato de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle (exceto de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Os bens reversíveis anteriormente classificados no ativo imobilizado estão registrados no ativo financeiro.

b. Ativo financeiro

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Transbordo	16.051	18.107
Edificações	324	324
Benfeitorias	1.520	1.520
Contêineres	8.303	6.915
Centros de Triagem	9.116	10.272
RSSS Un.Treinamento	20.977	3.985
Tr.Anhanguera	2.591	2.227
Col.Mecanizada	71	71
Total	58.953	43.421
Circulante	3.326	3.326
Não circulante	<u>55.627</u>	<u>40.095</u>

O ativo financeiro no montante de R\$58.953 (R\$43.421 em 2015) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos conforme vida útil do respectivo ativo.
